

# Inevitabilidade de uma grande crise

Eliseu Alves<sup>1</sup>

A atual crise econômica é realmente uma grande crise? Existe consenso de que a resposta é afirmativa: há perdas vultosas e ela se espalhou pelo mundo todo, com diferentes graus de intensidade, é verdade, sendo os piores efeitos no mundo desenvolvido, principalmente no país que a gerou, os Estados Unidos. E ainda mais, deve perdurar, pelo menos, por um ano.

O título dá margem a outra questão: é possível evitar uma grande crise? A essa nova questão, sugere-se resposta negativa. O fundamento empírico é óbvio. Estão aí a crise atual, a de 29 (refletida na queda da Bolsa de Nova Iorque) e outras menos importantes, também danosas, mas em menor proporção.

Qual o fundamento teórico da imprevisibilidade? Existem três aspectos fundamentais:

A economia tem dimensão mundial e alguns países, além dos Estados Unidos, podem desatar uma grande crise; é impossível controlar completamente o capitalismo, sem desfigurá-lo; e prever o futuro equivale a afirmar que este é controlável, o que nunca será. Ele sempre encerrará surpresas que enganarão os mais sofisticados modelos econométricos, sejam os vigentes ou os que estão por vir. Por exemplo, como modelar o desenvolvimento tecnológico? Este está na base do crescimento econômico moderno, mas também é importante fator de instabilidade. Além disso, se a crise fosse previsível, por que ela haveria de ocorrer?

O que se pode fazer é aprimorar os instrumentos para lidar com as crises, a fim de reduzir

seus efeitos e evitar os erros que as deflagraram, mas, certamente, outras ocorrerão. Caso contrário, seria possível prevêê-las.

Estamos de acordo que a falta de controle sobre os bancos foi uma importante falha. Mas, não vejo uma discussão aprofundada sobre as razões dessa falha, além das costumeiras alegações de que o controle é ineficiente e cria peias desnecessárias ao funcionamento dos mercados. Trilhões de dólares dos países emergentes chegam aos Estados Unidos, em busca de aplicação, o que representa enorme pressão sobre o sistema financeiro, para encontrar clientes. Até que ponto esta pressão contribuiu para relaxar os controles?

Certamente, a atual crise será esmiuçada e dissecada nos mínimos detalhes. Alguns economistas que se debruçaram sobre a Grande Depressão de 1929 obtiveram o prêmio Nobel. Dada a magnitude do problema, espera-se que as soluções brilhantes venham merecer galardão semelhante. Contudo, fica a pergunta: qual será a fagulha que acenderá o próximo incêndio e quando ele virá?

Pela imprensa, pode aduzir-se que as soluções visam preservar o emprego e a renda: evitar a falência dos bancos e financeiras; proteger importantes setores que empregam milhões de trabalhadores; preservar as exportações e o mercado interno, com o mínimo de dano; e repor uma parte do crédito perdido por intermédio dos bancos oficiais. A questão, a saber, é se temos

<sup>1</sup> Eliseu Alves é assessor do diretor-presidente da Embrapa e pesquisador.

os recursos suficientes para, em nível de Brasil, manter a crise em níveis toleráveis, e ainda continuarmos a crescer. O governo está empenhado em atingir tais objetivos, mas, ninguém pode dar muita segurança.

Houve decréscimo da receita e os consequentes cortes vieram, principalmente em cima do custeio, o que vai reduzir a ação dos ministérios. Num segundo momento, é saber: em que se deve voltar atrás para não imobilizar o governo? Preservar investimentos, ciência e tecnologia, educação e saúde são decisões corretas. Ou seja, preserva-se o investimento em capital humano e físico.

Na agricultura, é muito importante que o governo substitua muito do que foi perdido do financiamento externo; é fundamental estimular-se as exportações, com um olhar especial sobre os países emergentes; em situação crítica, quando os preços estão despencando, efetuem-se aquisições para os estoques do governo; e procurar reduzir a instabilidade legal dos campos, usando com sabedoria a reforma agrária, e, sobretudo, concentrando esforços no milhão de famílias assentadas para que realizem a grande aventura de serem produtores competentes e felizes com a profissão na qual ingressaram.

A redução de custos de produção é tarefa importantíssima. Parte cabe ao governo, via investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em infraestrutura. Nesse caso, além do governo federal, destacam-se os governos estaduais e municipais. Outra parte está

nas mãos dos agricultores que terão que “cortar gordura”, sem desfigurar o sistema de produção. Pesquisadores, assistência técnica e produtores terão que responder à seguinte pergunta: em que cortar custos, sem desfigurar o sistema? Por exemplo: “Meu rebanho é holandês a pasto. Como cortar despesas e ainda poder ter gado holandês a pasto?” Ou ainda: “Tenho uma lavoura toda mecanizada, em que e como reduzir despesas, e ainda ser capaz de manter mecanização e de obter lucro?”

Nos centros de pesquisa, existe pouca informação acumulada das repercussões do corte de dispêndio nos níveis de produtividade, uma falha que precisa ser corrigida. Em curto prazo, não há como realizar pesquisas para este fim. Temos mesmo que contar com o bom senso dos pesquisadores e a experiência de produtores e da assistência técnica. Por que não promover reuniões para este fim? Um corte cego de despesas pode resultar em falência, em decorrência do impacto sobre a produtividade!

A crise tem seus méritos, embora produza muitos sofrimentos. Vai despertar os economistas para a necessidade de dar prioridade ao crescimento econômico; vai quebrar a rigidez de contratos que deram privilégios exagerados a determinados grupos sociais; e vai sensibilizar a sociedade de que imensas firmas oligopolistas (oligopsonistas) precisam ser controladas mais de perto e competentemente pelo Estado. Dado o caráter transnacional da maioria delas, será necessário um controle que escape às fronteiras nacionais.